

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

103 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 29/11 a 3/12/2021):

1. COVID-19 VARIANTE OMICRON TRATADO SOBRE PANDEMIAS	1
Variante Omicron	1
Assembleia da Organização Mundial de Saúde - Tratado Global sobre Pandemias	1
2. PARLAMENTO EUROPEU - COMISSÕES PARLAMENTARES	1
SEDE Bússola Estratégica	1
ENVI COVID-19	1
ENVI COP-26	2
LIBE Projeto Pegasus	2
3. CONDICIONALIDADE DO ESTADO DE DIREITO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2
4. COMISSÃO EUROPEIA MIGRAÇÕES E ASILO	3
5. COMISSÃO EUROPEIA PONTE GLOBAL	3
6. COMISSÃO EUROPEIA JUSTIÇA DIGITAL	4
7. COMISSÃO EUROPEIA NOVOS DESAFIOS COVID-19	4
8. COMISSÃO EUROPEIA LINGUAGEM INCLUSIVA	4
9. COMISSÃO EUROPEIA TRIBUNAL CONSTITUCIONAL ALEMÃO	5
10. PRESIDÊNCIA ESLOVENA DIMENSÃO PARLAMENTAR - COSAC	6
11. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA - EVENTOS NACIONAIS	7
12. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto)	7
Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia)	8
13. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8

1. COVID-19 | VARIANTE OMICRON | TRATADO SOBRE PANDEMIAS

Variante Omicron

O Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC) publicou no dia 2 de dezembro uma **avaliação (disponível [aqui](#)) da ameaça colocada pela variante Omicron (B.1.1.529)** da COVID-19, considerando que pode tornar-se a estirpe dominante na Europa dentro de meses. Com base nos seus [modelos matemáticos](#) da variante, identificada pela primeira vez no mês passado na África Austral, existem *"indicações de que a Omicron poderia causar mais de metade de todas as infeções pelo SRA-CoV-2 na UE e no Espaço Económico Europeu nos próximos meses"*.

Por outro lado, afirma-se ainda que, quanto mais transmissível for a variante, maior a sua circulação na Europa e mais reduzido o tempo necessário para que se torne dominante na Europa. Ainda que o ECDC reconheça as incertezas sobre quão transmissível é a Omicron, a gravidade da doença que causa e se pode escapar à imunidade à vacinação ou à infeção anterior, assinala que *"os dados preliminares sugerem uma vantagem substancial sobre a variante Delta"*.

Até quarta-feira à tarde, um total de 352 casos de infeção com Omicron tinham sido comunicados em 27 países. Desse total, 70 casos confirmados foram notificados por 13 países da UE e do EEE - que inclui todos os membros da UE mais a Noruega, Islândia e Liechtenstein.

Assembleia da Organização Mundial de Saúde - Tratado Global sobre Pandemias

Realizou-se, esta semana, uma [sessão extraordinária da Assembleia da OMS](#) com um único ponto na agenda: *"Consideração dos benefícios de desenvolver uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre preparação e resposta a pandemias, com vista ao estabelecimento de um processo intergovernamental para redigir e negociar tal convenção, acordo ou outro instrumento internacional sobre preparação e resposta à pandemia"*.

Ou seja, dar início ao [processo negocial](#) sobre um Tratado Global sobre Pandemias. O texto final adotado nesta Assembleia está disponível [aqui](#), e refere que os países estabelecerão *"um grupo de negociação intergovernamental aberto a todos os Estados Membros e Membros Associados para elaborar e negociar uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS"* neste âmbito.

2. PARLAMENTO EUROPEU - COMISSÕES PARLAMENTARES¹

Esta semana foi dedicada à atividade das [Comissões parlamentares do PE](#), sendo de destacar:

SEDE | Bússola Estratégica

A Subcomissão para Segurança e Defesa [debateu](#) a [Bússola Estratégica da UE](#) com o Comissário para o Mercado Interno, Thierry Breton, com enfoque na [indústria e tecnologia de defesa](#). O PE publicou um estudo sobre os objetivos da Bússola Estratégica, disponível [aqui](#).

ENVI | COVID-19

A Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar realizou uma audição com [Emer Cooke](#), Diretora Executiva da Agência Europeia de Medicamentos (EMA), que incidiu sobre as vacinas COVID-19, os recentes desenvolvimentos na terapêutica COVID-19 e a capacidade da Agência para lidar com os desafios actuais e futuros. Toda a informação, incluindo a gravação do debate, está disponível [aqui](#).

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE

Os Deputados questionaram se a Agência está preparada para lidar com novas variantes, sobre a utilização e eficácia das vacinas de reforço, a transparência dos ensaios clínicos e a coordenação com os parceiros europeus e internacionais, incluindo a nova Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias (HERA), que tem sido um [tema saliente](#) nas últimas semanas.

Recorde-se que o Conselho e o PE chegaram a acordo em outubro sobre o reforço do papel desta Agência (informação de base [aqui](#)), tendo E. Cooke informado que ainda está a avaliar o impacto das suas novas tarefas, enfatizando a preocupação com o volume de trabalho e a escassez de recursos humanos e financeiros.

ENVI | COP-26

O Vice-Presidente da Comissão Europeia responsável pelo Pacto Ecológico Europeu, Frans Timmermans, informou os Deputados sobre os [resultados da conferência climática COP26](#), sobre os progressos alcançados, mas também sobre as deficiências, sobre o caminho para limitar o aquecimento global a 1,5°C e sobre o conjunto de decisões de resiliência, mitigação e adaptação acordadas em Glasgow, incluindo em matéria financeira. Os Deputados questionaram ainda as implicações que a COP26 terá nas políticas climáticas da UE e, nomeadamente, sobre o pacote climático em que a ENVI está atualmente a trabalhar (Objetivo 55). O texto da COP-26 está disponível [aqui](#).

LIBE | [Projeto Pegasus](#)

Na sequência da divulgação de que o *spyware* de recolha de informação, criado pela empresa de vigilância cibernética *NSO Group*, pode ser secretamente instalado em telemóveis e outros dispositivos, a Comissão para as Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos debateu as implicações de tal vigilância nos direitos fundamentais. Estiveram presentes Laurent Richard (Director Executivo da [Forbidden Stories](#), vencedor do Prémio Daphne Caruana Galizia 2021), Etienne Maynier (tecnólogo, [Laboratório de Segurança](#) da Amnistia Internacional), Wojciech Wiewiórowski, da [Autoridade Europeia para a Protecção de Dados](#). O debate está disponível [aqui](#).

3. CONDICIONALIDADE DO ESTADO DE DIREITO | TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ao longo do último ano, temos dado frequentemente nota (cfr. eg. [Sínteses n.º 89](#) e [n.º 91](#)) das questões relacionadas com o [mecanismo de condicionalidade do estado de Direito](#), nomeadamente as conclusões do Conselho Europeu de dezembro de 2020, que [solicitou à Comissão Europeia](#) que atrasasse a sua aplicação para que os Estados-Membros pudessem contestá-la no Tribunal de Justiça da UE (Polónia e Hungria fizeram-no a 11 de março de 2021) e até que a instituição tivesse diretrizes de aplicação específicas.

Esta semana, o **Advogado-Geral do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) divulgou a sua opinião sobre este processo**, propondo que o Tribunal **rejeite os recursos de anulação interpostos pela Hungria e pela Polónia** (comunicado de imprensa [aqui](#), texto completo [aqui](#))². Considera-se que o regulamento não se destina a proteger o Estado de direito através de um mecanismo de sanções semelhante ao artigo 7º do TUE, mas antes estabelecer um instrumento de condicionalidade financeira para salvaguardar esse valor central da UE, consagrado nos Tratados. Por conseguinte, a discrição das instituições da UE inclui a escolha legislativa efetuada, e tal não pode ser considerado como manifestamente incorrecto, pois o respeito dos princípios do Estado de direito pode ser vital importante para o [bom funcionamento das finanças públicas e para a correcta implementação do orçamento da União](#).

² É uma opinião não vinculativa.

Segundo o Advogado-Geral, a caracterização do Estado de direito feita no Regulamento satisfaz os requisitos mínimos de clareza, precisão e previsibilidade exigida pelo princípio da segurança jurídica.

4. COMISSÃO EUROPEIA | MIGRAÇÕES E ASILO

Em outubro de 2021, o Conselho Europeu convidou a Comissão a propor as alterações necessárias ao quadro jurídico da UE para dar resposta à instrumentalização, patrocinada pelo Estado bielorrusso, das pessoas que se encontram na fronteira externa da UE com a Bielorrússia³. Considera-se que tal faz parte de um ataque híbrido contra a UE, em especial contra a Lituânia, a Polónia e a Letónia.

A Comissão apresentou esta semana uma Proposta de decisão do Conselho relativa a medidas de emergência provisórias em favor da Letónia, da Lituânia e da Polónia e Comunicação: Resposta à instrumentalização dos migrantes patrocinada pelo Estado na fronteira externa da UE, com medidas para um período de 6 meses:

- **Fronteiras externas:** Os 3 Estados-Membros em causa terão a possibilidade de prorrogar o prazo de registo dos pedidos de asilo para 4 semanas, em vez dos atuais 3 a 10 dias. Os Estados-Membros podem igualmente aplicar o procedimento de asilo para tratar os pedidos de asilo, incluindo os recursos, num prazo máximo de 16 semanas
- **Condições materiais de acolhimento:** Os Estados-Membros concentrarão as condições de acolhimento na satisfação das necessidades básicas dos migrantes, incluindo abrigos temporários adaptados às condições meteorológicas sazonais, alimentos, água, vestuário, cuidados médicos adequados e assistência às pessoas vulneráveis, no pleno respeito da dignidade humana.
- **Procedimento de regresso:** Os Estados-Membros em causa poderão aplicar procedimentos nacionais simplificados e mais rápidos no que respeita, nomeadamente, ao regresso das pessoas cujos pedidos de proteção internacional tenham sido indeferidos neste contexto.
- **Ajuda prática e cooperação:** as agências da UE estão a postos para ajudar os Estados-Membros mediante pedido (Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (EASO) e Frontex)

5. COMISSÃO EUROPEIA | PONTE GLOBAL

A Comissão Europeia e o alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança lançaram esta semana a Ponte Global - nova estratégia europeia destinada a promover uma conectividade inteligente, limpa e segura nos domínios digital, da energia e dos transportes, bem como reforçar os sistemas de saúde, de educação e de investigação em todo o mundo. Visando mobilizar até **300 mil milhões de euros para investimentos a realizar entre 2021 e 2027**, a estratégia visa impulsionar os investimentos que promovam os valores democráticos, boa governação, transparência parcerias equitativas e as infraestruturas verdes, limpas e seguras e que catalisam o investimento do setor privado, contando com a abordagem da Equipa Europa e inspirando-se nos novos instrumentos financeiros do quadro financeiro plurianual. A UE está ainda a analisar a possibilidade de criar um mecanismo europeu de crédito à exportação. A Comissão preparou sobre o tema uma seção de perguntas e respostas.

³ O artigo 78.º, n.º 3, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) prevê a adoção de medidas provisórias em situações migratórias de emergência nas fronteiras externas da UE.

6. COMISSÃO EUROPEIA | JUSTIÇA DIGITAL

A Comissão Europeia [adotou](#) também [várias iniciativas com vista a digitalizar os sistemas judiciais da UE](#), tornando-os mais acessíveis e eficazes, traduzindo na prática uma das prioridades definidas na [Comunicação sobre a Digitalização da Justiça na União Europeia](#). Foram assim adotadas as seguintes iniciativas:

- [propostas relativas à digitalização da cooperação judiciária transnacional na UE e ao acesso à justiça nos processos civis, comerciais e penais](#), colmatando as ineficiências da cooperação judiciária transnacional e acesso à justiça nos processos civis, comerciais e penais, permitindo que as partes comuniquem com as autoridades competentes por via eletrónica, o recurso a videoconferência em audições orais e a transferência digital de pedidos, documentos e dados;
- [propostas com vista a combater eficazmente o terrorismo e outras formas graves de criminalidade transnacional](#), digitalizando a comunicação com a Eurojust, proporcionando canais de comunicação seguros e permitindo à Eurojust identificar eficazmente ligações entre casos de terrorismo transnacional, podendo os Estados-Membros, com base nessas ligações, coordenar as suas medidas de investigação e respostas judiciais;
- [proposta com vista à criação de uma plataforma de colaboração para as equipas de investigação conjuntas \(EIC\)](#), permitindo uma partilha mais fácil de informações e elementos de prova.

A seção de perguntas e respostas sobre o tema encontra-se disponível [aqui](#).

7. COMISSÃO EUROPEIA | NOVOS DESAFIOS COVID-19

A Comissão Europeia apresentou também uma [abordagem comum e coordenada da UE para enfrentar os desafios decorrentes do ressurgimento da COVID-19](#). A ação coordenada dos Estados-Membros e da UE envolve:

- continuidade de aplicação de uma **estratégia conjunta para limitar a entrada da variante Omicron na UE**, através de revisões regulares e diárias das principais **restrições de viagem**;
- **campanhas renovadas destinadas a pessoas não vacinadas** e disponibilização de doses de vacinação de reforço, começando pelos grupos mais vulneráveis;
- as agências da UE devem assegurar que as orientações científicas necessárias estão disponíveis de forma rápida e a Comissão intensificará os esforços para produzir, autorizar e adquirir em conjunto **terapêuticas contra a COVID-19**;
- devem ser adotadas, até ao final de 2021, as propostas relativas à **União Europeia da Saúde e ao regulamento HERA sobre gestão de crises**;
- Os Estados-Membros devem adotar precauções e restrições direcionadas e proporcionadas para limitar a propagação do vírus e aplicar a abordagem revista em matéria de livre circulação;
- A UE e os Estados-Membros devem acelerar os **esforços da Equipa Europa** em matéria de partilha de vacinas, a fim de atingir o objetivo mundial de 70 % de vacinação em 2022, e apoiar o reforço das capacidades em matéria de sequenciação, despistagem e vacinação.

8. COMISSÃO EUROPEIA | LINGUAGEM INCLUSIVA

A Comissária Europeia para a Igualdade, [Helena Dalli](#), apresentou esta semana um **guião para a utilização de linguagem inclusiva nesta instituição**, por [considerar](#) que “*A integração da igualdade significa que todos os produtos têm de ter em conta a dimensão da igualdade, incluindo a*

comunicação”. O documento faz parte de um plano defendido pela Presidente da Comissão Ursula von der Leyen para implementar uma “*União de Igualdade*” e assegurar que “*todos são valorizados e reconhecidos em todo o nosso material, independentemente do seu género, origem racial ou étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual*”.

Porém, este documento gerou uma intensa polémica, nomeadamente em alguma imprensa e nas redes sociais. Segundo alguns relatos (o *Politico* faz uma síntese [aqui](#)), era solicitado aos funcionários que “*nunca se dirijam a uma audiência como ‘senhoras e senhores’, mas usem expressões tais como ‘caros colegas’*”. Por outro lado, era também pedido aos funcionários da Comissão que se abstivessem de utilizar os termos “*senhorita ou senhora, a menos que seja a preferência explícita da pessoa a quem se dirige*”, e que em vez disso utilizassem “*senhora universalmente*”. Ainda segundo a mesma fonte, uma das partes mais controversas era o conselho de “*evitar assumir que todos são cristãos*”: pode ler-se que “*Nem todos celebram os feriados cristãos, e nem todos os cristãos os celebram nas mesmas datas*”, aconselhando-se o pessoal com exemplos concretos: evitar frases como “*a época natalícia pode ser stressante*” e, em vez disso, usar “*a época festiva pode ser stressante*”.

O Vaticano reagiu, através do Cardeal Pietro Parolin, Secretário de Estado, que referiu que “*Claro que sabemos que a Europa deve a sua existência e a sua identidade a numerosas contribuições, mas não podemos certamente esquecer que uma das suas principais contribuições, se não a principal, tem sido o próprio cristianismo*”.

A Comissária acabou por declarar no [twitter](#) que “*Foi manifestada preocupação em relação a alguns exemplos fornecidos nas Directrizes sobre Comunicação Inclusiva, o que, como é habitual com tais directrizes, é [um] trabalho em curso. (...) Estamos a analisar estas preocupações com vista a tratá-las numa versão atualizada das Directrizes*”.



9. COMISSÃO EUROPEIA | TRIBUNAL CONSTITUCIONAL ALEMÃO

A Comissão decidiu encerrar o processo por infração contra a Alemanha relativo ao acórdão do Tribunal Constitucional alemão de 5 de maio de 2020, relativo ao programa de compra de ativos do setor público («PSPP») do Banco Central Europeu, por três razões

- i) na sua resposta à carta de notificação para cumprir, a Alemanha apresentou compromissos muito fortes: declarou formalmente que afirma e reconhece os princípios da autonomia, do primado, da efetividade e da aplicação uniforme do direito da União, bem como os valores consagrados no artigo 2.º do TUE, nomeadamente o Estado de direito.
- ii) a Alemanha reconhece explicitamente a autoridade do TJUE, cujas decisões são definitivas e vinculativas. Considera, além disso, que a legalidade dos atos das instituições da União não pode ser sujeita à apreciação de queixas de natureza constitucional perante os órgãos jurisdicionais alemães, mas apenas pode ser fiscalizada pelo Tribunal de Justiça.
- iii) o Governo alemão, referindo-se explicitamente ao seu dever de cooperação leal consagrado nos Tratados, compromete-se a utilizar todos os meios à sua disposição para evitar, no futuro, a repetição de uma constatação *ultra vires* e a assumir um papel ativo a este respeito.

10. PRESIDÊNCIA ESLOVENA | DIMENSÃO PARLAMENTAR - COSAC⁴

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência eslovena do Conselho da UE, teve lugar, nos dias 29 e 30 de novembro, a [LXVI reunião plenária da COSAC](#). A delegação da AR para esta reunião foi constituída pelo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos, e pelos deputados da Comissão de Assuntos Europeus Isabel Oneto e Carlos Brás (PS), Isabel Meirelles e António Lima Costa (PSD) e Fabíola Cardoso (BE). Da agenda de [trabalhos](#) constavam os seguintes painéis:

- [Resultados da Presidência eslovena do Conselho da UE](#), que contou com a participação do Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros esloveno, Gašper Dovžan, tendo os parlamentares saudado a Presidência eslovena pela inclusão na sua agenda do alargamento da UE aos países dos Balcãs Ocidentais e focado as medidas do pacote Objetivo 55 e as questões relativas às migrações, nomeadamente a crise com a Bielorrússia.
- [Trabalhar para uma perspetiva europeia para os Balcãs Ocidentais](#), contando com intervenções do Comissário Europeu para Vizinhança e Política de Alargamento, Olivér Várhelyi, do Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros esloveno, Gašper Dovžan, do Presidente da Comissão de Integração Europeia do Parlamento do Montenegro, Branimir Gvozdenović, e Slavjanka Petrovska, Membro da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República do Norte da Macedónia. Os parlamentares foram unânimes na importância da integração destes países na UE, mas divergiram sobre o momento certo para a sua efetivação.
- [O futuro papel dos jovens no processo de decisão da UE](#), com intervenção da Vice-Presidente do PE, Roberta Metsola, do Secretário de Estado da Educação, Ciência e Desporto da Eslovénia, Damir Orehovec, da Coordenadora da UE para a Juventude, Biliana Sirakova, da Vice-Presidente do Fórum Europeu da Juventude, Anja Fortuna, e do Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia Nacional da Eslovénia, Nik Prebil. A discussão centrou-se nos desafios atuais enfrentados pelos jovens e na importância de serem envolvidos nos processos de tomada de decisão.
- [Conferência sobre o Futuro da Europa](#), com a presença dos três co-presidentes, Guy Verhofstadt, Deputado ao PE, a Comissária Europeia, Dubravka Šuica, e Gašper Dovžan, Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros esloveno, bem como com a presença de Sabine Thillaye e Jean-François Rapin, Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus da Assembleia Nacional e do Senado franceses. Os parlamentares salientaram a necessidade de se alcançarem resultados concretos, de se alargar o período da Conferência, atendendo aos constrangimentos provocados pela pandemia, e chamaram à atenção para a importância da transparência em todo o processo, apelando a que as atas dos grupos de trabalho da Conferência fossem facultadas o quanto antes.

É ainda de destacar, nesta reunião, a nomeação e discurso do novo Membro Permanente do Secretariado da COSAC para o período 2022-23 (renovável uma vez), Dr. Bruno Dias Pinheiro.

Antes do encerramento da reunião foi dada a palavra a Sabine Thillaye e Jean-François Rapin para apresentação de informações sobre a realização da reunião dos Presidentes e da reunião Plenária da COSAC durante a presidência francesa, tendo ainda referido a intenção de criar dois grupos de trabalho no âmbito da COSAC. O registo vídeo desta Conferência encontra-se disponível [aqui](#).

⁴ Ponto elaborado por Ana Montanha, Comissão de Assuntos Europeus

11. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA - EVENTOS NACIONAIS

Após os eventos nacionais subordinados aos temas «**Migrações e Parcerias Internacionais**», organizado pela Assembleia da República, no passado dia 15 de novembro (toda a informação está disponível [aqui](#), incluindo a [gravação vídeo da reunião](#)), e [O contributo da dimensão atlântica para a segurança internacional no contexto do papel da UE no mundo](#), organizado pelo Governo, no dia 19 de novembro, em Ponta Delgada, o terceiro evento terá lugar em Santarém, no próximo dia 6 de dezembro.

A realizar no Auditório da Escola Superior de Saúde de Santarém, o tema central será ***Uma economia que beneficie os cidadãos: a política agrícola e a luta contra as alterações climáticas***, e o programa está abaixo. As inscrições podem ser feitas em <https://app.parlamento.pt/frmInscr/>



Conferência sobre o Futuro da Europa

A Assembleia da República tem a honra de convidar V. Ex.ª para o evento nacional da Conferência sobre o Futuro da Europa, subordinado ao tema

Uma economia que beneficie os cidadãos: a política agrícola e a luta contra as alterações climáticas

6 dezembro 2021 / 15h00 / Auditório da Escola Superior de Saúde de Santarém

Agradece-se a divulgação desta iniciativa. O evento será preferencialmente realizado em formato presencial, limitado à lotação máxima do auditório.

Inscrições até 2 de dezembro em: <https://app.parlamento.pt/frmInscr/>

O evento terá transmissão em <https://canal.parlamento.pt>



EVENTO NACIONAL

Uma economia que beneficie os cidadãos: a política agrícola e a luta contra as alterações climáticas

6 dezembro 2021 / 15h00 / Auditório da Escola Superior de Saúde de Santarém

PROGRAMA

SESSÃO DE ABERTURA

João Moutão, Presidente do Instituto Politécnico de Santarém
Deputado Luís Capoulas Santos, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República

INTERVENÇÕES DOS ORADORES

Moderação: Daniela Ferreira Pinto
Fabiola Cardoso, Deputada do BE, em representação da Assembleia da República
Mária do Céu Antunes, Ministra da Agricultura, em representação do Governo
Deputado ao Parlamento Europeu (a confirmar)
João Pedro Videira, Presidente da Direção, em representação do Conselho Nacional de Juventude
Filipe Duarte Santos, Presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

DEBATE E INTERVENÇÕES DOS CIDADÃOS E DOS ORADORES

Moderação: Daniela Ferreira Pinto

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Daniela Ferreira Pinto, moderadora

Recorde-se que estes eventos nacionais são uma parceria entre a Assembleia da República, o Governo, Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, Representação da Comissão Europeia em Portugal, Associação Nacional de Municípios Portugueses, Conselho Económico e Social e Conselho Nacional da Juventude.

12. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto)

Os ministros [debateram](#) medidas para **defender e apoiar os espaços cívicos para os jovens**, tendo sido aprovadas [conclusões](#) sobre a salvaguarda e a criação destes espaços, que facilitem uma verdadeira participação dos jovens. Foi também adotada uma [recomendação](#) sobre abordagens de **aprendizagem**

mista, com o objetivo de alcançar um ensino primário e secundário inclusivo e de elevada qualidade, uma [resolução](#) sobre uma **nova agenda europeia para a educação de adultos 2021-2030** e outra sobre os [resultados do 8.º ciclo de diálogo da UE com a juventude](#), assim como [conclusões](#) sobre a implementação da Estratégia da UE para a juventude.

No que se refere à cultura, audiovisual e desporto, foram aprovadas [conclusões](#) sobre o aumento da **disponibilidade e da competitividade dos conteúdos audiovisuais e mediáticos europeus**, uma [resolução](#) sobre as características principais de um **modelo europeu do desporto** e [conclusões](#) sobre a **atividade física ao longo da vida**.

Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia)

Na área da energia, a [reunião](#) focou o **aumento dos preços de energia**, o seu impacto e a possibilidade de medidas de mitigação a nível nacional e da UE, e o progresso alcançado com as propostas do **pacote Objetivo 55**, nomeadamente as diretivas relativas à energia renovável e eficiência energética. Os ministros debateram o equilíbrio entre a necessidade de apoio a potenciais fontes renováveis e os esforços de eficiência energética requeridos aos Estados-Membros. Foi ainda [adotada formalmente a nova política agrícola comum](#).

No campo das [telecomunicações](#), os ministros discutiram medidas para garantir um [elevado nível comum de cibersegurança na UE \(Diretiva SRI 2\)](#), os progressos realizados quanto ao [Regulamento Inteligência Artificial](#), [identidade digital europeia](#), [Guião para a Década Digital](#) e revisão do Regulamento Itinerância e projeto de Regulamento Governação de Dados.

13. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das Comissões parlamentares. Destaque [aqui](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [8 de dezembro](#), destacando-se a comunicação sobre a **Melhoria das condições dos trabalhadores de plataformas**, o **Instrumento para dissuadir e contrariar as ações coercivas de países terceiros**, o **Plano de Ação para a Economia Social**, a **Iniciativa para alargar a lista de crimes da UE para incluir os crimes de ódio e de discurso de ódio** e o **Pacote Schengen**.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 06.12: [Eurogrupo](#); [Conselho \(Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores\)](#)
- 07.12: [Conselho \(Assuntos Económicos e Financeiros\)](#)
- 09.12: [Conselho \(Justiça e Assuntos Internos\)](#); [Conselho \(Transportes, Telecomunicações e Energia\)](#)

Bruxelas | 3 de dezembro de 2021

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#) | +32 493 39 99 73

e [Catarina Ribeiro Lopes](#), Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).